

04 OUT 2016

GAZETA DO POVO

**Denúncia contra deputado Nelson Justus
se arrasta há meses no TJ**

Denúncia contra Justus se arrasta há meses no órgão especial do TJ



Nelson Justus é acusado de comandar um esquema de desvio de recursos públicos na Alep por meio de funcionários fantasmas.

Processo para avaliar a participação do deputado estadual em esquema de desvio de recursos corre risco de prescrição

CONTINUA

Katia Brembatti

● Adiada, mais uma vez. Essa foi a decisão tomada no Órgão Especial do Tribunal de Justiça, ontem, ao analisar denúncia criminal contra o deputado estadual Nelson Justus (DEM). Cabe ao colegiado de 25 desembargadores decidir se aceita a denúncia que foi encaminhada pelo Ministério Público, acusando o ex-presidente da Assembleia Legislativa (Alep) de comandar um esquema de desvio de recursos públicos por meio de funcionários fantasmas. O caso veio à tona em 2010, revelado pela série de reportagens Diários Secretos, produzida em parceria pela **Gazeta do Povo** e pela RPC.

Depois de ficar com o processo por quase quatro meses, o desembargador Dartagnan Serpa levou o caso para análise. Quando pediu vistas para avaliar o caso, em 6 de junho, o magistrado disse que não pretendia respeitar o prazo de 15 dias para a devolução e que levaria o caso à pauta somente em fim de agosto. Mais tarde, declarou que houve problemas para acessar documentos que estavam em CDs do processo, protelando mais uma vez o retorno do caso. Na sessão de ontem, por uma hora e meia, a denúncia criminal voltou a ser debatida pelos desembargadores, em sessão secreta, com o argumento de que o processo está em sigilo. Ao final, os magistrados decidiram mais uma vez adiar a apreciação do caso, a partir de um pedido de vistas do desembargador José Augusto Gomes Aniceto, que deve ficar com o processo por duas semanas.

Não é de hoje que o processo anda a passos lentos no Tribunal de Justiça. O caso chegou para os magistrados em fevereiro do ano passado, mas ainda não começou oficialmente a tramitar. Na segunda instância, a apreciação para aceitar a denúncia só acontece depois da apresentação da defesa prévia. Contudo, a assessoria jurídica do deputado alega que a notificação para apresentar os argumentos de defesa foi enviada a outros advogados que não teriam relação com o caso.

Procurado, o tribunal informou, por meio da assessoria de imprensa, que não se pronunciaria sobre a situação porque o processo está sob sigilo de Justiça. Sem a intimação para apresentação da defesa prévia, a ação ficou parada por mais de um ano.

Depois que os argumentos de defesa foram juntados ao processo, o caso já esteve em apreciação no Órgão Especial por diversas vezes e foi retirado de pauta. Aniceto é o terceiro desembargador a pedir vistas ao processo. Com direito a foro privilegiado, o deputado só pode ser alvo de uma ação penal caso o Órgão Especial aceite a denúncia. Só depois disso é interrompido o prazo de prescrição (perda do poder de punir).

Além da lentidão do processo, há ainda outro fator que poderá interferir no caso: Justus completará 70 anos em junho do ano que vem. A partir dessa idade, os prazos para prescrição caem pela metade.

"FANTASMAS" FAMILIARES

A ação criminal protocolada detalha que núcleos familiares foram contratados no gabinete da presidência e que muitas dessas pessoas não trabalhavam para a Assembleia nem sabiam dizer que funções desempenhavam. A investigação também mostrou que sempre as mesmas pessoas retiravam o dinheiro. Os gastos com salários no gabinete da presidência chegavam a R\$ 1 milhão por mês.

04 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Richa envia projeto de lei que suspende o reajuste salarial do funcionalismo

A Assembleia Legislativa recebeu ontem, um dia após o 1.º turno das eleições municipais, proposta de lei do governador Beto Richa (PSDB) que adia o reajuste dos servidores públicos do Paraná por tempo indeterminado. O projeto modifica lei anterior que determinava o pagamento integral da inflação de 2016, mais um 1%. Pelo texto, a data-base só será quitada depois de pagas todas as promoções e progressões devidas ao funcionalismo. /

GAZETA DO POVO 04 OUT 2016

Governo Richa apresenta projeto que suspende reajuste dos servidores

Proposta que chegou à Assembleia prevê que data-base só será quitada depois de implantadas e pagas todas as promoções e progressões devidas ao funcionalismo

*Euclides Lucas Garcia e
Rogerio Waldrigues Galindo*

● A Assembleia Legislativa recebeu ontem, um dia após o primeiro turno das eleições municipais, projeto de lei do governador Beto Richa (PSDB) que suspende o reajuste salarial de todo o funcionalismo público estadual por tempo indeterminado. A proposta faz parte da nova fase do “ajuste fiscal” realizado pelo Palácio Iguaçú.

O projeto de Richa prevê que a data-base dos servidores só será quitada depois de implantadas e pagas todas as promoções e progressões devidas ao funcionalismo. O secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, havia dito em julho que “não havia a menor possibilidade” de bancar as promoções e dar o reajuste ao mesmo tempo. Somente depois dis-

so, é que o reajuste salarial poderá sair do papel, desde que seja “comprovada a disponibilidade financeira” em 2017.

Pelo texto, promoções e progressões atestadas ainda neste ano serão implantadas a partir de janeiro, enquanto os atrasados serão pagos parceladamente ao longo de 2017. De acordo com Costa, essas ações custarão cerca de R\$ 1,4 bilhão no ano que vem — R\$ 800 milhões com a implantação dos benefícios e mais R\$ 600 milhões de atrasados. “Isso vai beneficiar praticamente 100% dos servidores ativos”, defende.

Como fica

Questionado sobre quando será possível pagar a data-base dos funcionários públicos, o secretário afirmou que tudo vai depender do comportamento da receita do estado em 2017.

De acordo com ele, se a economia se comportar de forma razoável, o governo vai priorizar o pagamento do reajuste salarial aos servidores. “Primeiro, precisamos pagar o que devemos a eles. Sobre a data-base, é um direito garantido em lei, nada está sendo retirado. A obrigação de pagamento continua, só estamos poster-

gando”, argumenta. “Não dá para estabelecer prazo [para pagar a data-base].”

Crise política

A soma do pagamento da data-base e das progressões e promoções seria de R\$ 3,8 bilhões em 2017. Justamente para evitar um rombo no caixa do governo, Costa defendia que o Palácio Iguaçú propusesse o pagamento em momentos diferentes. A proposta era repudiada pela parte política do Executivo e o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, chegou a dizer que essa era uma postura isolada do secretário da Fazenda.

O problema político surge porque o próprio governo Richa enviou à Assembleia em 2015 uma lei garantindo que pagaria integralmente a inflação de 2016 aos funcionários em 2017, acrescida de um adicional de 1%. A proposta de lei surgiu para encerrar uma greve dos professores e de outras categorias, no momento em que o Executivo aprovou a parte mais dura do ajuste fiscal.

Ontem, ao receber a proposta, o Legislativo já ecoou o descontentamento do funcionalismo. A oposição a Richa diz que não aceita a aprovação do que chama de “calote” contra os servidores.

Projeto de Richa foi lido na Assembleia um dia depois do primeiro turno das eleições municipais, em que ele saiu fortalecido.

CONTINUA

04 OUT 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Legislativo e Judiciário também perderão recursos em 2017

● O projeto de lei do governo do estado ainda retira do texto da previsão de divisão do bolo orçamentário com os demais poderes o trecho "contemplando recursos de todas as fontes". Segundo o Executivo, a medida é necessária para adequar o orçamento de 2017 à Emenda Constitucional 93/2016, que estabelece a desvinculação de 30% das receitas do estado – exceto na saúde e educação – para livre utilização por parte do Executivo. Também menciona o projeto de lei complementar 257/2016, em tramitação no Congresso, que estabelece uma série de parâmetros para

que a dívida dos estados seja renegociada mediante cláusulas que impedem o aumento de gastos. O crescimento anual das despesas primárias correntes, por exemplo, é limitado à inflação.

Segundo o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, a mudança deixará nos cofres do Executivo R\$ 1,2 bilhão em 2017 que, originalmente, seriam repassados aos outros poderes. Ele afirma, porém, que o orçamento do ano que vem já prevê uma realocação de cerca de R\$ 940 milhões para esses poderes, conforme conversas estabelecidas previamente e de acordo com as necessidades de cada um deles. Dessa forma, o governo terá R\$ 260 milhões a mais em caixa no ano que vem.

Funcionalismo acusa "golpe" na lei e cogita greve geral

● Coordenadora do Fórum das Entidades Sindicais do Paraná – que reúne 22 categorias –, Marlei Fernandes classificou o projeto do governo como "absurdo" e ressaltou que o funcionalismo já havia deliberado que o descumprimento da data-base se traduziria em greve geral no estado.

Pressão nos deputados

Segundo ela, os servidores marcarão presença na Assembleia Legislativa a partir

de hoje para mostrar aos deputados que o governo está dando um "golpe" na lei que os próprios parlamentares conseguiram aprovar no ano passado após um gigantesco esforço coletivo de todas as partes envolvidas.

"Uma das garantias para o fim da greve de 2015 era o zeramento da inflação, que postergamos em 2015 e 2016. Não vamos abrir mão da data-base em 2017", disse.

"Não há nenhuma previsão de quando nosso direito será pago até que o governo cumpra com todas as promoções e progressões", completou.

CANDIDATURA

Apesar de sair politicamente fortalecido com o resultado do 1º turno das eleições municipais, o governador Beto Richa disse que ainda não pensa em disputar o Senado em 2018. "No momento não. Estou concentrando todos os meus esforços e minha energia em governar bem o estado do Paraná", afirmou ontem, após inaugurar um viaduto em Pinhais. Richa, porém, não descartou completamente o pleito. "Se você está cumprindo bem o seu mandato, correspondendo às expectativas da população, você acaba sendo convocado a disputar outras eleições", disse.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Teria o povo trocado seu voto por pão e circo?

04 OUT 2016

O povo, este ente misterioso e contraditório, em nome do qual se diz que emana todo o poder, fez suas escolhas. Castigou, Brasil afora, os políticos que identificava como encarnações do Mal, mas elegeu outros que não são exatamente o que se poderia chamar de representações do Bem.

O povo não sabe votar? O rei Pelé, que segundo Romário é um excelente poeta quando de boca fechada, achava que não. Disse-o bem em meio à campanha pelas Diretas Já nos anos 1980. O escritor Rubem Alves, que não jogava futebol mas marcou mais de mil gols na sua carreira de escritor refletindo sobre a vida, sobre o mundo e um pouco também sobre a política, de certa forma compartilhava com Pelé ideia semelhante.

Claro, com invejável profundidade filosófica e embasamento histórico e cultural Rubem se dedicou ao tema numa crônica publicada em 2002 na "Folha de S. Paulo". Depois de lembrar que foi pelo "voto popular" que Cristo foi trocado por Barrabás, o imortal escritor mineiro dizia: "Seria maravilhoso se o povo agisse de forma racional, segundo a verdade e segundo os interesses da coletividade. É sobre esse pressuposto que se constrói o ideal da democracia. Mas uma das características do povo é a facilidade com que ele é enganado. [...] O povo não pensa. Somente os indivíduos pensam. Mas o povo detesta os indivíduos que se recusam a ser assimilados à coletividade. Uma coisa é o ideal democrático, que eu amo. Outra coisa são as práticas de engano pelas quais o povo é seduzido. O povo é a massa de manobra sobre a qual os espertos trabalham."

Não há de ver que em Curitiba e alhures ganharam as eleições quem mais ofereceu pão e circo aos eleitores — assim como faziam os romanos que davam de comer aos leões

a carne de cristãos? Séculos depois os cristãos tornaram-se donos do circo e o povo passou a se divertir com fogueiras em praça pública nas quais bruxas, judeus, hereges em geral eram incinerados.

Racionalidade, responsabilidade, valores morais sucumbiram diante da aurora boreal colorida pelas promessas de pão e circo que os vencedores vomitaram. Quilômetros e quilômetros de asfalto; redução da tarifa do ônibus; moradores de rua protegidos em hotéis três estrelas; hospitais e postos de saúde sem fila, lotados de médicos, enfermeiros e remédio de graça para todo mundo; nenhuma criança sem creche... Uma cidade maravilhosa onde em cada esquina se encontrará uma fonte de mel e se colherá manás.

A ilusão encontrou mercado; foi vendida a preço baixo e se tornou mercadoria mais atraente do que a lembrança de que o mundo está em crise, o Brasil está em crise, Curitiba está em crise. Que faltam recursos e que só é possível fazer não mais do que o possível.

Nada disso foi ouvido ou assimilado; preferiu-se castigar a verdade e se entregar à prestigitação irresponsável, próxima da má-fé, dos que prometeram aquilo que sabem que não vão entregar.

Chega-se agora ao segundo turno, hora final da verdade. Os candidatos que o disputarão em Curitiba certamente não são muito diferentes dos "colegas" que em várias outras capitais e grandes cidades do país também correrão desesperadamente atrás de votos. Por isso, ninguém garante que deixarão de repisar as mesmas propostas — mas seria desejável, para o bem da democracia e para a valorização do voto popular, que os dois curitibanos fossem, para dizer o mínimo, um pouco mais realistas.

Os 360 mil eleitores da capital que se recusaram a comparecer às urnas ou dar voto válido para qualquer dos candidatos são mais numerosos do que os 356 mil que escolheram o primeiro colocado no primeiro turno. Eles representam os desencantados com a política e com os políticos — e carregam uma mensagem que precisa ser ouvida: menos enganação, por favor! E mais respeito ao poder que emana do povo e que em seu nome deve ser exercido.

Racionalidade, responsabilidade e valores morais sucumbiram diante da aurora boreal colorida pelas promessas que os vencedores vomitaram

04 OUT 2016

GAZETA DO POVO

● LAVA JATO

Janot denuncia Fernando Bezerra por corrupção

● O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o senador e ex-ministro Fernando Bezerra (PSB-PE) por participação no esquema de corrupção na Petrobras. Investigado pela Lava Jato desde o início de 2015, ele é acusado de receber ao menos R\$ 41,5 milhões de propina das empreiteiras Queiroz Galvão, OAS e Camargo Corrêa por contratos obtidos com a estatal para execução das obras da Refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco. Esta é a 15.ª denúncia feita por Janot contra parlamentares acusados de envolvimento na Lava Jato. Até agora, quatro acusações foram recebidas pelo STF.

Segundo as investigações, o esquema se desenvolveu entre 2010 e 2011, quando Bezerra ocupou a Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e a presidência do Complexo Industrial Portuário de Suape. Ele foi indicado aos cargos pelo então governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Foram denunciados também os empresários Aldo Guedes e João Carlos Lyra P. de Mello Filho.

04 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Processo de divórcio permite quebra de sigilo bancário

3ª Turma do STJ entendeu que, apesar dos limites do poder da ex-mulher na companhia, medida não põe patrimônio de outros sócios em risco

Por considerar uma medida razoável, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça acolheu pedido feito por uma mulher para que fosse autorizada a quebra do sigilo bancário de pessoa jurídica que tem como um dos sócios o seu ex-marido. O recurso teve origem em ação de divórcio com pedido de alimentos.

Como o casamento foi celebrado sob o regime da comunhão universal de bens, no qual todo o patrimônio é comum ao casal, a ex-esposa alegou que, embora não fosse sócia da empresa, haveria copropriedade das cotas sociais.

O tribunal estadual negou o pedido sob o fundamento de que, como a mulher não ostenta a condição de sócia da empresa, seria “desaconselhável a violação do sigilo bancário de pessoa jurídica”. Além disso, o acórdão destacou que a apuração dos lucros e rendimentos poderia ser obtida por outros meios. No STJ, a decisão foi reformada. A relatora, ministra Nancy Andrighi, reconheceu a existência de limitações que impedem o ex-cônjuge de exercer o pleno direito de propriedade em relação a patrimônio constituído por cotas de sociedade limitada, mas destacou a pertinência do pedido.

“Não é desarrazoado o pedido de acesso aos extratos das contas correntes da sociedade empresaria-

rial, porquanto ele se caracteriza como comedida e limitada salvaguarda da recorrente quanto ao efetivo patrimônio representado pelas cotas sociais do ex-casal”, disse a ministra.

Nancy Andrighi afirmou que o fato de a ex-esposa obter o registro das transações econômicas da sociedade em nada prejudicaria o patrimônio dos sócios nem os projetos da organização, mas seria medida necessária ao resguardo do patrimônio partilhado.

“É inarredável o fato de que essa circunstância, não raras vezes, também dá azo à manipulação patrimonial por parte do ex-cônjuge, sócio da sociedade empresarial, que, se valendo dessa situação ímpar, pode fazer minguar o patrimônio pessoal — imediatamente partilhável com a ex-cônjuge —, em favor da empresa, onde ele, a priori, fica indisponibilizado para o casal, mas que, sabe-se, pode ser indiretamente usufruído pelo sócio”, explicou a ministra.

Nancy Andrighi também destacou o entendimento da turma, firmado em precedente, que entendeu possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica em caso no qual um ex-cônjuge empresário utilizou a pessoa jurídica por ele controlada para subtrair da mulher direitos decorrentes do casamento.

04 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Para desembargador, União responde por ofensas de Joaquim Barbosa

Uma decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal pode criar uma blindagem adicional aos agentes públicos. Se um deputado, senador, ministro de Estado ou juiz ofender alguém, a pessoa ofendida deverá pedir reparação ao Estado e não a quem o atacou.

Esse foi o entendimento do desembargador Fernando Habibe ao concluir que o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa não pode responder judicialmente por ter mandado, em 2013, o jornalista Felipe Recondo “chafurdar no lixo”. Para Habibe, como Joaquim Barbosa era presidente do Supremo na época, falava em nome do Estado brasileiro.

A hipótese foi levantada de ofício por Habibe na última quinta-feira (29/9), durante o julgamento da apelação na ação de danos morais do jornalista contra o ex-ministro. A questão preliminar teve o apoio do desembargador Rômulo de Araújo Mendes e pode servir para que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal não tenha de enfrentar o mérito do processo.

Relator do caso, o desembargador Cruz Macedo discordou da tese. Afirmou que Joaquim Barbosa não estava atuando como presidente ou como juiz no momento em que houve a suposta ofensa. Portanto, o Estado não pode ser responsabilizado. A tese foi seguida pelo presidente da Câmara, Sérgio Rocha.

Como havia apenas quatro desembargadores julgando o caso, em razão da suspeição do quinto integrante da 4ª Turma Cível do TJ-DF, o julgamento foi suspenso e deve ser retomado nesta quinta-feira (6/10), com a participação de um desembargador convocado.

Se a tese de que Joaquim Barbosa não é, a priori, o responsável pelos possíveis danos causados ao jornalista, Recondo terá de processar o Estado brasileiro, e não o ex-ministro do Supremo.

04 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Uso de recursos por réus gera impunidade, afirma presidente da Ajufe

Para o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso, o governo não deve falar em cortar direitos sociais quando os problemas enfrentados pelo Brasil, em boa parte, vêm da corrupção, que passa impune em alguns casos por causa da prisão somente depois do trânsito em julgado da condenação.

“Considerando que os réus denunciados na ‘lava jato’ são acusados de terem recebido R\$ 6, 4 bilhões de propina, verifica-se que ainda há muito para investigar e apurar, pois isso representa apenas 10% da corrupção anual no Brasil. [...] Enquanto isso, o governo alardeia que precisa cercar direitos sociais, previdenciários e cortar verbas para a saúde educação porque há um rombo de R\$ 170 bilhões no orçamento público”, disse Veloso nesta segunda-feira (3/9), na abertura do V Fórum Nacional dos Juizes Federais Criminais (Fonacrim), em São Paulo (SP).

04 OUT 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

INDENIZAÇÃO

Conhecida por usar suas redes sociais para falar de política, a apresentadora Monica Iozzi terá que indenizar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes em R\$ 30 mil por um comentário feito em seu Instagram. O juiz responsável pela ação, que corria na Justiça desde o início de junho, alegou que Monica 'extrapolou os limites de seu direito de expressão'. No comentário, ela criticou a decisão de Gilmar Mendes em conceder liberdade provisória ao médico Roger Abdelmassih, indiciado por estupro e manipulação genética.

04 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Senador Fernando Bezerra é denunciado na Lava Jato

Ministério Público Federal acusa congressista
de receber propina em obras

**Denúncia sustenta que
desvios na Petrobras
abasteceram campanha
de Campos; advogado
nega acusações**

GABRIEL MASCARENHAS
DE BRASÍLIA

A PGR (Procuradoria-geral da República) denunciou nesta segunda-feira (3) o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) por suspeita de ter recebido R\$ 41,5 milhões em propina da Queiroz Galvão, OAS e Camargo Corrêa, contratadas pela Petrobras para a construção da refinaria de Abreu Lima.

A PGR sustenta que parte dos recursos desviados também abasteceram a campanha à reeleição do então governador de Pernambuco, Eduardo Campos, morto num desastre aéreo em 2014.

“A denúncia demonstra que o grupo adquiriu a aeronave em que ocorreu o acidente e que as operações de compra e utilização caracterizaram financiamento ilícito de campanha”, diz a PGR.

Bezerra Coelho é acusado de corrupção passiva qualificada e lavagem de dinheiro.

Além dele, foram denunciados os empresários João Carlos Lyra Pessoa de Mello Filho, por lavagem de dinheiro, e Aldo Guedes Álvaro, ex-presidente da Companhia Pernambucana de Gás, por corrupção e lavagem.

Mello Filho e Álvaro, segundo a PGR, atuaram como operadores do suposto pagamento de suborno, ocorrido entre os anos de 2010 e 2011, período em que Bezerra Coelho ocupava o cargo de secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e presidia o Complexo Industrial Portuário de Suape.

De acordo com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o contato do atual senador com as empreiteiras se dava porque cabia ao secretário de Desenvolvimento negociar os incentivos tributários para atrair os investimentos ao Estado necessários à construção do empreendimento.

“As investigações descobriram 17 operações sob o disfarce de doações eleitorais ‘oficiais’. Também foram verificados contratos de prestação de serviços superfaturados ou fictícios”, afirma a Procuradoria.

Rodrigo Janot, que assina a denúncia, pede ainda que os acusados ressarcam o erário em 41,5 milhões.

OUTRO LADO

Advogado de Bezerra Coelho, André Callegari disse que as acusações “são imputações absolutamente descabidas, baseadas em ilações e sem qualquer rastro de prova”.

Procurada, a defesa de Mello Filho disse só irá se manifestar após ter acesso à denúncia. A defesa de Álvaro informou que também não analisou a denúncia, mas reitera que não há provas concretas contra o empresário.

04 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

A derrocada do PT

Partido de Lula e Dilma perdeu sob todos os ângulos na eleição municipal deste ano e continuará definhando se não mudar suas práticas

Seja devido ao impacto devastador que a Operação Lava Jato tem provocado em figuras proeminentes do petismo —a começar do ex-presidente Lula—, seja por causa do desastroso governo Dilma Rousseff, nada marcou mais as eleições municipais deste ano do que a derrota acachapante do PT.

Partido mais sufragado em 2012, com 17,3 milhões de votos para prefeito, o PT caiu para a quinta posição nesse quesito, com 6,8 milhões, atrás de PSDB, PMDB, PSB e PSD.

Generalizada, a perda de apoio se traduziu em expressiva redução no número de cidades lideradas por petistas. Se a legenda saíra do ciclo de 2012 com 644 prefeituras, atrás apenas de PMDB e PSDB, agora despencou para 256, desempenho pior que o de nove siglas.

Com isso, o eleitorado governado pelo PT na esfera municipal encolheu de 27,6 milhões para 4,4 milhões. Nem se imagine que o segundo turno modificará substancialmente esse quadro. Embora a agremiação esteja em 7 das 55 disputas em aberto, seu candidato mal tem chances na principal, Recife.

Para completar a derrocada, pela primeira vez o partido ficou de fora do segundo turno na eleição paulistana. E mais: com os 16,7% do prefeito Fernando Haddad, o PT teve seu pior resultado ao disputar o comando de São Paulo —até então a marca pertencia a Eduardo Suplicy, com 19,7% em 1985.

Se na maior cidade do país regis-

trou-se o fracasso mais eloquente do PT, aqui também se deu o maior êxito de seu rival. A vitória surpreendente de João Doria Jr, com 53,3% dos votos, simbolizou o sucesso do PSDB na disputa de 2016.

O fortalecimento tucano, contudo, foi muito além do quintal do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, sem dúvida o nome que ganhou maior projeção nacional.

Nenhuma legenda conquistou mais votos para prefeito do que o PSDB. Foram 17,6 milhões de sufrágios (ante 13,9 milhões em 2012), com boa margem sobre os 14,9 milhões do segundo colocado nesse quesito, o PMDB (que tivera 16,7 milhões há quatro anos).

O número de municípios comandados pelo PSDB também cresceu, passando de 701 para 793 e podendo chegar a 812.

Embora nesse ponto a liderança do PMDB permaneça inconteste, com 1.029 prefeituras (1.017 em 2012), o partido do presidente Michel Temer pouco aproveitou o vácuo deixado pelo PT. Não apenas isso, a agremiação fracassou em São Paulo e Rio de Janeiro, o que indica os limites do Planalto.

Num cenário de descrédito dos políticos em geral, não surpreendem nem as altas taxas de abstenção verificadas em algumas localidades nem o avanço das siglas nanicas. Pelo que o desfecho das disputas municipais projeta para 2018, quase todos os partidos tradicionais têm bons motivos para rever práticas e costumes.

Nenhum, porém, tem mais motivos do que o PT, justamente aquele que mais se recusa a fazer verdadeira autocrítica —e aquele que, como mostrou a população, mais continuará definhando se não mudar.

04 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

VANESSA GRAZZIOTIN

A manipulação da política

O Brasil que saiu das urnas no domingo (2), embora o processo eleitoral ainda não esteja concluído, não apresenta qualquer surpresa. Seu DNA é compatível com as forças políticas que há um mês promoveram o golpe parlamentar, conforme observou o próprio ministro Lewandowski: "foi um tropeço da democracia" — ou seja, um golpe.

Penso, a priori, que o grande vitorioso desse processo eleitoral não foi nenhum partido político ou candidato, mas sim a aversão geral pela política, expressa nas abstenções, nos votos em branco e nulos e nos candidatos que, cinicamente, se autoproclamaram "apolíticos". O somatório desse fenômeno alcançou um percentual significativo da população brasileira. Superou 30% no Rio de Janeiro e São Paulo. Fato inédito no Brasil.

Tal resultado nos leva a concluir que a velha tática da direita de depreciar a política e, sobretudo, as forças progressistas que se opõem ao sistema capitalista, tem dado resultado.

O xadrez é simples. Promovem uma ação de "desmoralização" dos partidos de esquerda, tentando passar a ideia de que são eles os responsáveis pela corrupção. E aproveitam-se de uma crise cíclica do capitalismo para tomar de assalto o governo que, aliás, não conquistaram nas últimas quatro eleições.

Vejam quão impressionante é a capacidade de manipulação. Distorcem a realidade a partir do momento em que terceirizam a responsabilidade de todas as mazelas econômicas e sociais e conseguem colocar no colo de quem sempre combateu esse sistema a responsabilidade e a culpa por tudo isso, quando são eles os verdadeiros responsáveis pela crise econômica e pela corrupção.

Por outro lado, temos que reconhecer que, além das limitações impostas às forças progressistas, houve também uma sequência de erros e equívocos, que carecem ainda de uma análise mais profunda.

Mas o Brasil real, fruto dessa reviravolta política e do avanço das forças antidemocráticas, conservadoras e neoliberais, só será sentido de fato pela população brasileira nos próximos meses, quando avançarem as reformas que, lamentavelmente, golpearão em cheio os avanços sociais, os direitos dos trabalhadores e o Estado enquanto estrutura que busca combater e enfrentar as desigualdades.

O que vivemos domingo foi somente o desfecho de uma etapa da longa luta pelos espaços de poder, cujo objetivo é a implementação de diferentes projetos de país.

A máscara dos que hoje comemoram não tardará a cair. Basta que avancem as reformas que pretendem implementar no país, cujas vítimas serão nossa gente e o próprio país enquanto nação democrata, soberana e justa com a maioria de sua gente.

VANESSA GRAZZIOTIN escreve às terças nesta coluna.

04 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Dallagnol homenageado

O procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, recebeu nessa segunda-feira (3) o título de doutor honoris causa em Direito. A honraria foi concedida pela Facinepe, grupo educacional privado que atua no ensino superior e já cedeu o título a personalidades como o apresentador Silvio Santos, o bispo Edir Macedo e o presidente da OAB, Claudio Lamachia. O reitor Faustino da Rosa Júnior, que sugeriu a premiação, afirmou que Dallagnol se destaca por seu "perfil jovem e audaz" e pela "grandeza de sua coragem". A homenagem, prevista na lei brasileira, foi aprovada pelo conselho superior da faculdade, em agosto.

Janot denuncia senador

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou nessa segunda (3) ao Supremo Tribunal Federal (STF) o senador pernambucano Fernando Bezerra Coelho (PSB) pelo suposto recebimento de propina de pelo menos R\$ R\$ 41,5 milhões das empreiteiras Queiroz Galvão, OAS e Camargo Corrêa, contratadas pela Petrobras para a execução de obras da Refinaria do Nordeste, conhecida como Refinaria Abreu e Lima. Na denúncia, Janot afirma que o ex-governador de Pernambuco e então candidato à Presidência da República pelo PSB Eduardo Campos era o beneficiário do esquema de corrupção. Foram denunciados ainda os empresários Aldo Guedes Álvaro, então presidente da Companhia Pernambucana de Gás, e João Carlos Lyra Pessoa de Mello Filho. Eles são acusados de operar e viabilizar o esquema criminoso de repasse da propina.

FOLHA Geral
30/09/2016

30 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA
Mutirão carcerário libera 160
presas do regime fechado

Mais vulneráveis, mulheres foram primeiras beneficiadas por projeto Cidadania nos Presídios; ações devem continuar em outubro

Um mutirão de revisão de penas organizado esta semana pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) liberou 160 detentas do regime fechado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A ação, que integra o projeto Cidadania nos Presídios, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), concedeu prisão domiciliar a 27 mulheres e progressão ao regime aberto a outras 29. Além disso, 104 presas foram beneficiadas pelo monitoramento eletrônico.

CONTINUA

30 SET 2016

CONTINUAÇÃO FOLHA DE LONDRINA

O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP) e coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GFM) do Sistema Carcerário, Eduardo Lino Fagundes Junior, explica que o projeto começou no Espírito Santo e começou a funcionar oficialmente no Paraná há pouco mais de um mês, com o objetivo de assegurar o pleno exercício de direito à integridade pessoal e à dignidade nos presídios. De acordo com o magistrado, a população carcerária feminina foi o primeiro grupo escolhido por conta da condição de vulnerabilidade.

"Se nós analisarmos, o Paraná é dividido em oito grandes regiões judiciárias, mas todas as presas do sistema penal se concentram na região de Curitiba, com exceção das presas em delegacias", expõe o juiz. Segundo estudos do GFM, cerca de 40% das mulheres presas na capital são de cidades do interior. "Isso é muito ruim, pois a detenta perde vínculos familiares e, quando ganham a liberdade, muitas

CONTINUA

30 SET 2016

CONTINUAÇÃO FOLHA DE LONDRINA

sequer têm dinheiro para voltar para casa, o que colabora com os índices de reincidência", conta.

Como incentivo à ressocialização, todas as presas do interior que tiveram as penas revistas ganharam uma passagem para a cidade de origem e R\$ 30 para a alimentação durante o percurso. "São medidas simples que podem mudar a vida de uma pessoa. Desta forma, garantimos a Justiça plena da porta de entrada à porta de saída", argumenta.

De acordo com o juiz, uma nova semana de revisões de pena será realizada na primeira quinzena de outubro. Detentas grávidas, com filhos, idosas e com problemas de saúde específicos têm prioridade.

Segundo Fagundes Junior, a próxima etapa será expandir a iniciativa para todo o Estado. "Os juízes responsáveis pelas VEPs do interior já estão preparando projetos que devem começar a funcionar em breve", relata. Em Londrina, a carceragem feminina

CONTINUA

30 SET 2016

CONTINUAÇÃO FOLHA DE LONDRINA

do 3º Distrito Policial, na zona oeste, é a única que ainda abriga detentos na cidade. Atualmente, 56 presas estão instaladas na unidade, que tem capacidade para apenas 40.

Ainda sem uma previsão da desativação da carceragem, a exemplo do que ocorreu recentemente em outros dois distritos em Londrina, o delegado Damião Benassi Junior acredita que o "progresso deverá ocorrer naturalmente" no 3º DP e outras unidades da região de Londrina. "Os mutirões de revisão de pena são sempre bem-vindos, pois visam dar adequação à situação do preso e, ao mesmo tempo, colaboram para o esvaziamento carcerário", opina.

A Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) calcula que, após o término das revisões de penas das detentas, cerca de 400 vagas devam ser liberadas no sistema carcerário estadual. A Sesp destaca também a construção de 14 obras de

CONTINUA

30 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

ampliação e construção de unidades prisionais, em parceria com o governo federal, que vão resultar na abertura de quase 7 mil novas vagas no sistema penitenciário. O cronograma determina que, em 2017, dez das 14 unidades estejam concluídas. As outras quatro devem ser inauguradas em 2018.

Celso Felizardo
Reportagem Local